

O BANCÁRIO

O único jornal diário dos movimentos sociais no país

Edição Diária 8271 | Salvador, de 01.11.2021 a 03.11.2021

Presidente Augusto Vasconcelos



SAÚDE CAIXA

Vitória dos empregados

A maioria vence. Com 97,11% de votos favoráveis, os empregados da Caixa aprovaram a proposta do modelo de gestão e

custeio do Saúde Caixa. Estão garantidos o mutualismo, a solidariedade e o pacto intergeracional. Página 2



Recusar a vacina dá justa causa Página 4

Com 97,11% dos votos, a proposta é aprovada

Mudanças entram em vigor em janeiro do ano que vem

RENATA ANDRADE
imprensa@bancariosbahia.org.br

DEPOIS de dois dias de votação, a proposta do modelo de gestão e custeio do Saúde Caixa foi aprovada pelos empregados da base do Sindicato dos Bancários da Bahia com 97,11% dos votos. Outros 2,51% votaram contra e 0,38% se abstiveram.

Com o resultado amplo em favor da proposta, estão mantidos os princípios básicos do plano: mutualismo, solidariedade e pacto intergeracional, conquis-



tados no Acordo Coletivo de 2004, após intensa mobilização dos empregados.

Também está garantida a participação do banco no custeio das despesas assistenciais e administrativas limitada a 70% do montante ou ao teto de 6,50%,

o que for menor. A aceitação da proposta é uma vitória, porque o atual modelo do convênio médico que garante assistência à saúde de milhares de bancários estava ameaçado.

O Saúde Caixa era alvo de ataques da instituição financeira, que queria instituir cobrança individualizada e faixa etária para os empregados da ativa e aposentados. Na prática, quebrava a solidariedade da assistência médica e encarecia a cobrança apenas para um grupo de empregados que está na faixa etária maior e que usa mais o plano de saúde.

Funcef inicia consulta sobre a resolução 30

FORAM anos de cobrança dos sindicatos, da Fenae e, finalmente, a Funcef vai realizar consulta aos participantes do REG/Replan sobre a aplicação da resolução 30 do CNPC (Conselho Nacional de Previdência Complementar). A pesquisa começa nesta semana. Pelo menos foi o que garantiu o presidente da Fundação, Gilson Santana.

A resolução revê a métrica do equacionamento e pode reduzir em até 30% as contribuições extraordinárias do REG/Replan Saldado e Não Saldado. Sem dúvidas, um alívio para o bolso de participantes e assistidos, sobretudo no atual cenário, com o custo de vida altíssimo, decorrente da política ultraliberal do governo Bolsonaro.

Os sindicatos e a Fenae cobram uma posição da Funcef com relação a aplicação da resolução desde 2018. Mas, a Fundação sempre enrolou. Enquanto participantes e assistidos eram sufocados com o pagamento para cobrir os déficits dos planos, a Funcef argumentava que estava fazendo um estudo sobre o impacto da medida.



Além de pagar pelo consumo, brasileiro ainda paga pelos erros do governo

Conta de luz sai ainda mais cara

OS BRASILEIROS só têm recebido notícias ruins. As famílias pagaram, entre 2017 e 2020, mais de R\$ 5,2 bilhões na conta de luz por uma série de erros técnicos cometidos pelo governo federal em projeções de produção de energia.

Uma auditoria feita pela CGU (Controladoria-Geral da União) aponta um impacto médio de 5% no valor das contas. Em valores, R\$ 2,22 bilhões bancaram os custos com "frus-

tação de energia" hidrelétrica.

Outro "erro de cálculo" é referente à programação planejada para a usina de Belo Monte. A produção esperada não se confirmou e foi preciso comprar a energia de outras usinas a um custo de mais R\$ 2,3 bilhões.

Mais R\$ 693 milhões foram pagos devido ao atraso em linhas de transmissão. O brasileiro, mais uma vez, teve de pagar. Sem falar que, atualmente, a conta de luz está nas alturas.



TÁ NA REDE



Descaso com os bancários

O **SANTANDER** tem de contratar novos funcionários. A ampliação do horário de atendimento nas agências evidenciou ainda mais os problemas decorrentes do déficit no quadro de pessoal do banco espanhol.

O balanço do terceiro trimestre – julho a setembro - indica mais de 4 mil contratações em 12 meses. Porém, a abertura de novos CNPJs no grupo Santander revela que, na verdade, funcionários terceirizados foram contratados. Não bancários.

Entre o terceiro trimestre de 2016 e o terceiro trimestre de 2021, o número de trabalhadores cresceu apenas 2,5%. Passou

de 48.024 para 49.246. O banco também fechou 226 agências no país. Em contrapartida, o número de clientes disparou, alta de 52,4%, passando de 34 milhões para 51,8 milhões.

Enquanto a empresa enche os cofres, os funcionários vivem um verdadeiro inferno nas agências, com acúmulo de funções, sobrecarga de trabalho, aglomerações e aumento das cobranças por metas e do assédio moral. Para garantir um ambiente saudável aos bancários e bom atendimento aos clientes, o Santander precisa contratar, além de revisar e reestruturar os processos e sistemas.



Funcionários do Santander fazem campanhas constantes por respeito

Santander não considera e amplia o horário

Agências, que antes atendiam até 15h, agora vão até 16h

RENATA LORENZO
imprensa@bancariosbahia.org.br

O **DESCASO** do Santander com a vida das pessoas beira o absurdo. O banco não só retomou o horário normal de atendimento, desconsiderando a pandemia, como ainda ampliou o funcionamento das unidades nas cidades do interior.

As agências voltaram a abrir das 9h às 10h para prioridade e das 10h às 16h para o público em geral, desde setembro. Até as unidades do interior estão ficando abertas até 16h. Antes da pandemia era até 15h.

A empresa não respeita nem as decisões das prefeituras. Não

é só isso. Também desconsidera os riscos de ataques. Os municípios do interior são os mais visados pelas quadrilhas especializadas, em decorrência da facilidade de fuga e do baixo efetivo policial.

A decisão unilateral deixa os funcionários mais sobrecarregados e expõe todos aos riscos de contaminação pela Covid-19. É comum ver filas gigantescas e muita aglomeração na porta das agências após 14h, quando os demais bancos já estão fechados ao público.

O Sindicato dos Bancários da Bahia pressiona o Santander para fechar as unidades. Paralelamente, tenta uma negociação. Além disso, as prefeituras e as Câmaras de Vereadores se mobilizam para tratar do assunto. É o caso de Camaçari, na Região Metropolitana de Salvador.

BB terceiriza atendimento à saúde mental na “surdina”

MAIS uma preocupação para o movimento sindical e os funcionários do Banco do Brasil. Desta vez, a parceria entre o BB, Cassi e a Vittude, desenvolvedora de ferramentas de inteligência artificial e atendimento psicológico on-line. As entidades representativas sempre defenderam que a oferta de atendimento psicológico fosse ampliada na Caixa de Assistência, mas terceirizar o serviço sem diálogo preocupa.

Além do mais, a parceria não foi apresentada ou discutida com as equipes técnicas da Cassi. Um risco para a evolução do modelo baseado na Atenção Integral. O Banco do Brasil definiu e os dirigentes da entidade se submeteram às decisões no-



vamente. Aceitaram a contratação sem discutir com os próprios associados.

Para o movimento sindical,

a Cassi está vendendo os associados, pois permitiu o acesso aos dados de pacientes adoecidos. Diferentemente do que tem

sido divulgado, a contratação da Vittude não foi feita às claras e coloca em risco a proposta do Programa Saúde Mental.

Recusar vacina gera demissão

Em nota técnica, MPT recomenda a justa causa

ALAN BARBOSA
imprensa@bancariosbahia.org.br

O BRASIL ultrapassou a triste marca de 607 mil mortos pela Covid-19 após mais de 20 meses de pandemia. Mesmo assim, ainda existem milhares de pessoas que se recusam a tomar vacina. No entanto, segundo nota técnica do MPT (Ministério Público do Trabalho), o trabalhador que se recusar a tomar a vacina pode ser demitido por justa causa. A Justiça já tem aplicado a sentença.

O desligamento acontece porque o interesse coleti-



As empresas podem desligar o trabalhador que se recusar a tomar vacina

vo se sobrepõe ao individual. O MPT utilizou a própria CLT para justificar. A Consolidação das Leis do Trabalho determina que o trabalhador tem o direito fundamental à vida e à saúde, sendo de responsabilidade da empresa garantir e zelar pelo benefício.

A nota técnica orienta as empresas a primeiro advertirem o funcionário. Se mesmo

assim não for imunizado, pode ser demitido. Foi o que acon-

teceu com uma funcionária de um hospital em São Paulo, que se recusou, por duas vezes, a ser vacinada. A Justiça confirmou o desligamento.

O STF (Supremo Tribunal Federal) também já se posicionou a favor das demissões nos casos de recusa à vacina, quando estabeleceu que o Estado pode impor sanções a quem não se vacinar, como multa e impedimento de matrículas. Aos poucos, a população volta a vida normal, mas todos os cuidados precisam ser tomados, além da necessidade de completar o ciclo vacinal.



Em breve tem futsal no Ginásio

Futsal dos Bancários está de volta

LOGO em breve começará mais uma edição do Campeonato de Futsal dos Bancários. Para dar início aos preparativos, será realizado no dia 9 de novembro, às 18h, no Ginásio dos Bancários, o arbitral com os representantes dos times para a competição.

É fundamental que todos estejam presentes, já que serão discutidos assuntos como o regulamento e o formato da competição. Mais informações serão passadas em breve, por meio do site (bancariosbahia.org.br), redes sociais e pelo aplicativo Bancários Bahia. Fique atento para não perder nada.

Imunização é essencial para gerar emprego

A VACINAÇÃO contra a Covid-19 é uma estratégia de proteção coletiva, salva vidas e também representa um fator primordial para a recuperação do mercado de trabalho.

O relatório da OIT (Organização Internacional do Trabalho) estima que um aumento de 10 pontos percentuais na proporção da população vacinada possibilita uma recuperação de 1,9% de horas trabalhadas. O que equivale a cerca de 52 milhões de empregos com jornada integral.

Segundo a OIT, a vacinação e as medidas como incentivos fiscais são fundamentais para a abertura da economia e para mitigar os riscos associados às atividades cotidianas de consumo e produção.

SAQUE | Rogaciano Medeiros

PELA LEI Quem acredita na República, no Estado democrático de direito, no respeito à vontade popular, fica esperançoso com a declaração do ministro do STF, Alexandre de Moraes. Próximo presidente do TSE, responsável pela eleição de 2022, ele já afirmou que se houver repetição do que ocorreu em 2018, cassa chapa e manda prender. Tudo dentro da lei. O Brasil precisa.

TEM ATITUDE Ainda bem que a eleição de 2022 terá Alexandre de Moraes na presidência do Tribunal Superior Eleitoral. Porque, independentemente de indicado por Temer e tudo que se falou sobre ele antes de assumir o STF, o fato é que até agora tem sido personagem decisivo para a resistência democrática no plano institucional. Tem atitude. Hoje, imprescindível.

É FUNDAMENTAL Com o ultraliberalismo neofascista em desespero diante da perspectiva de derrota nas urnas, o fracasso da tal 3ª via, que só existe na vontade da direita, e a disposição de Bolsonaro em partir para o tudo ou nada pela reeleição, pois sabe que se perder vai acabar na cadeia, o TSE precisará de um comando firme, para evitar que a eleição de 2022 gere mais caos e anarquia.

SERÁ MESMO? Óbvio ululante que o certo seria a cassação da chapa Bolsonaro-Mourão, por todas as irregularidades constatadas na eleição presidencial de 2018. Mas, o TSE preferiu mantê-los no poder, alegando pesados custos institucionais e políticos. Seria preciso dar posse ao presidente da Câmara Federal, Arthur Lira (PP-AL), e convocar eleição indireta. Claro que não foi só isso.

PIOROU MUITO No Brasil, os meios de comunicação não têm nenhum compromisso com a ética. Agora mesmo afirmam, sem citar nomes, que ministros do STF consideram o relatório da CPI da Covid "fraco" e "inconsistente". A intenção é criar uma falsa realidade para proteger figurões poderosos das garras da lei. Sempre foi assim, mas depois da Lava Jato piorou consideravelmente.